



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

EDUCAÇÃO FORMAL NA TERRA KAINGANG DE MONTE CASEROS-RS: ESCOLA INDÍGENA OU ESCOLA NA ALDEIA?

Alcir Luciany Lopes Martins - Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Rodrigo de Moraes Pereira - Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Marcos Britto Corrêa - Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Liliana Soares Ferreira (Orientadora)- Universidade Federal de Santa Maria/UFSM

RESUMO

Este artigo foi produzido a partir do acompanhamento de estágio curricular não-obrigatório de estudante kaingang em curso de licenciatura indígena. O tema da educação escolar indígena é abordado com metodologia qualitativa de pesquisa, envolvendo estudo bibliográfico, análise documental e pesquisa-participante. Desde uma perspectiva crítico-dialética, a análise desenvolvida problematizou a função da escolarização imposta aos indígenas e a luta pelo direito a uma educação diferenciada e específica, resgatando e valorizando conhecimentos, culturas e processos educativos próprios de cada povo nativo. Durante o estágio, foram acompanhadas as atividades do acadêmico realizadas na localidade onde vive e trabalha. Entre as atividades, destacam-se ações de formação pedagógica e de mobilização para a comemoração dos 30 anos de retomada da Terra Indígena de Monte Caseros. Evidenciou-se entre os kaingang deste território, a centralidade da terra como fundamento existencial e pedagógico e o indispensável protagonismo da comunidade e suas lideranças para romper com resquícios da aculturação, ainda latentes nas escolas em várias áreas indígenas.

Palavras-chave: Kaingang, Educação Diferenciada, Escolarização Indígena.

INTRODUÇÃO

Apenas no texto constitucional de 1988, os povos originários tiveram reconhecido o direito a uma educação escolar diferenciada, bilíngue e intercultural. Essa conquista foi resultado das lutas indígenas contra uma educação escolar colonizadora e anti-indígena, imposta por políticas violentas e assimilacionistas. No entanto, passadas algumas décadas, as tensões entre políticas estatais e a autonomia dos povos originários, ainda expressam limites e desafios para a implementação da escola diferenciada, específica de cada povo e em cada território indígena.

Este artigo/pôster tematiza a educação escolar indígena, acompanhando o processo de formação de um professor kaingang em curso superior de licenciatura com base na supervisão de estágio curricular não-obrigatório realizado ao longo do ano de 2023. Iniciado em 2019, o curso de Licenciatura em Educação Indígena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na modalidade de Educação a Distância (EaD), no âmbito do programa



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi exclusivo para o povo kaingang, com turmas vinculadas aos Polos de Apoio Presencial UAB nas cidades de Constantina, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Tapejara e Três Passos. A coordenação do curso localiza-se no *campus* da UFSM em Frederico Westphalen, município da região do Médio Alto Uruguai, ao norte do estado do Rio Grande do Sul.

O estágio curricular não-obrigatório foi oferecido pela instituição para atender demanda do curso, objetivando qualificar a formação de professores e professoras kaingang e produzir registros, atividades e materiais em apoio e fortalecimento da educação escolar indígena.

O professor kaingang, estudante do curso, integrava a turma vinculada ao Polo de Tapejara e desenvolveu as atividades do estágio entre fevereiro e dezembro de 2023, principalmente na Terra Indígena (TI) de Monte Caseros, onde vive e trabalha. Durante as atividades, evidenciam-se anseios e perspectivas dos kaingang com relação ao direito à educação, em geral, e sobre as duas escolas que existem na TI. Conclui-se pela indispensável incorporação de processos educativos autenticamente kaingang para que a educação diferenciada e específica, reconhecida desde o texto constitucional de 1988, ganhe efetiva existência nas escolas em cada área indígena. Percebe-se a necessidade de apoio pedagógico apropriado, bem como, de investimento na produção de material didático e realização de atividades específicas, indicando, com isso, descompassos entre demandas da educação indígena e o que é atendido pela mantenedora das escolas.

METODOLOGIA

Optou-se por uma abordagem qualitativa com realização de estudo bibliográfico, análise documental e pesquisa-participante. Seguindo uma perspectiva crítico-dialética, buscou-se a aproximação da totalidade (MARX, ENGELS. 2015) do contexto de pesquisa. Neste sentido, realizou-se pesquisa-participante que é, ao mesmo tempo, ferramenta de pesquisa e método de ação político-pedagógica (BRANDÃO. 2001).

Partindo dos registros e notas da experiência real vivida com a comunidade kaingang, aliados ao aporte de fontes bibliográficas e documentais (SEVERINO. 2013), foi possível aprofundar a compreensão de questões concretas da Terra Indígena e suas implicações na perspectiva de educação da comunidade ou na escolarização formal lá realizada.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

REFERENCIAL TEÓRICO

Para os Krenak, no norte do Brasil, educar é fazer com que as crianças aprendam a colocar seus corações no ritmo da terra. Os mbya-guarani, no sul, assumem a árvore como centro de conhecimento. Entre os kaingang, todas as pessoas, animais, árvores e vegetais possuem um espírito vivo. O respeito a todas as formas de vida é, portanto, um valor fundamental que determina a organização social do seu povo.

Da mesma forma, centenas de outras etnias indígenas, em suas cosmovisões tradicionais, mantêm concepções de educação e conhecimento que conectam profundamente cada indivíduo, sua comunidade e o ambiente ao seu redor.

Via de regra, a educação indígena, cada uma a sua forma, reproduz a sua organização específica, mantendo práticas e relações sócio-ambientais próprias. Até a chegada da invasão europeia, inaugurada oficialmente em 1500, a educação indígena (ou as educações indígenas) desconheciam a organização em formas escolares formais, em processos sequenciais realizados em local e momento apartados da vida regular da comunidade.

A escolarização dos povos indígenas do Brasil surge como elemento fundamental para a instalação do projeto de colonização, a partir de 1500. De modo completamente alheio a seus costumes, tradições e conhecimentos, a educação formal imposta aos povos originários teve a função de dominar populações, desfigurando suas culturas e solapando suas identidades, fazendo avançar, assim, a brutalidade dos invasores europeus por sobre estas terras e gentes.

Com maior visibilidade a partir das últimas décadas do século passado, a legítima luta indígena por educação diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, alcança maior visibilidade apenas nas décadas finais do século XX. A Constituição Federal de 1988, ao menos formalmente, em seu Artigo 210, assegura aos indígenas o direito à “utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Avança também, no Artigo 231, ao reconhecer “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” das diferentes nações e povos indígenas.

A redação constitucional estabelece uma nova etapa para a luta indígena, no âmbito da educação formal. O mote passa a ser a construção da escola diferenciada, específica, intercultural e bilíngue. As escolas nas áreas indígenas expressam a tensão entre dominação imposta aos povos originários, desde a invasão europeia e, por outro lado, a resistência a partir de cada TI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estágio curricular não-obrigatório envolveu uma série de atividades. O acadêmico junto à coordenação do curso, realizou levantamentos descrevendo a situação das escolas na sua TI e o processo de formação de professores kaingang, destacando a carência de materiais didáticos específicos para o trabalho nas escolas e a necessidade de formação pedagógica em serviço, tanto para professores kaingang quanto professores não-indígenas.

Nas primeiras semanas do estágio, o acadêmico organizou um encontro de formação entre as escolas da TI de Monte Caseros, aceito imediatamente pelas direções das duas escolas. Realizado em 04/03/2023, o evento proporcionou o diálogo entre mais de vinte sujeitos da educação escolar indígena daquela área. Entre lideranças locais, equipes diretivas e servidores das duas escolas, foram certificados oito professores ou servidores indígenas e sete não-indígenas. A pauta abordou a história da legislação educacional indígena, no turno da manhã e, após almoço coletivo, no turno da tarde, a discussão sobre cosmologia e conhecimento tradicional kaingang, com a participação do Kujá da TI, liderança espiritual destacada na comunidade.

Desse evento, definiram-se as atividades principais para a sequência do estágio curricular não obrigatório. A pedido das lideranças, o registro da história local evidenciou-se fundamental para a educação nas escolas da TI, sobretudo coincidindo com o trigésimo aniversário da retomada daquela terra para onde voltaram os kaingang em julho de 1993. Alguns registros, fotos e vídeos foram encaminhados, através do estagiário, para a universidade. A editoração do material reunido e a produção audiovisual solicitada pretendia oferecer recursos para servir de apoio às aulas nas escolas e mesmo em outros espaços de discussão comunitária.

O protagonismo das lideranças políticas e espirituais da TI nas demandas educativas e na proposição de temas ou atividades para a escola indicam a necessidade de ajustes no seu trabalho pedagógico (2018). O planejamento, preparação e a realização da I Festa da Terra - 30 anos da retomada consolidou essa compreensão ao tempo que envolveu as turmas de ambas as escolas na elaboração de materiais de registro e divulgação da história local e do desenvolvimento comunitário naquele contexto regional. As questões e conteúdos oriundos de um programa escolar não-indígena, vão-se incorporando ao projeto de escola pensando pelos



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

kaingang sob efeito de uma tensão que, de um lado, busca valorizar e manter a cosmovisão tradicional como sua fonte epistêmica principal e, por outro lado, incorpora pragmaticamente alguns elementos que a colonização e a desarticulação de seu modo de vida original lhes impôs. Por exemplo, a valorização do aprendizado da língua portuguesa como estratégia de mobilidade entre o “mundo dos brancos”, refletida na possibilidade de fazer uma compra sem ser ludibriado por algum comerciante ou na oportunidade de ocupar um emprego fora da aldeia, com a “carteira assinada”. Sem que isso, de modo algum, remeta ao esquecimento da língua e da cultura kaingang considerada “pura” pelos mais antigos. Desta forma, os kaingang expressam, a sua maneira, a compreensão de que “dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação” (SAVIANI, 2018. pág. 108).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância da terra e a centralidade da garantia do território para os kaingang expressam a matriz epistemológica e a base didática sob a qual deve se desenvolver a escola, segundo a comunidade da TI de Monte Caseros. A valorização dos seus processos tradicionais, articulada à apropriação de elementos da cultura não indígena pauta o equilíbrio entre a educação kaingang e a escolarização imposta pela colonização, hoje tida como meio de interlocução possível da cultura originária com o mundo externo a ela.

Na história, imposição da escola é violência. Hoje, a luta pela escola é justiça. E na tensão entre ambas, realiza-se a experiência kaingang na TI de Monte Caseros.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FERREIRA, L. S.. Trabalho Pedagógico na Escola: do que se fala?. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 2, p. 591–608, abr. 2018.

MARX, K.. ENGELS, F., **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1ª ed. rev. 3ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013.